

**EDITORIAL - v.3, n.1**

Revista Debate Econômico

Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria - Universidade Federal de Alfenas

Apresentamos aqui o primeiro número do terceiro volume da Revista Debate Econômico. A revista nasceu há três anos, resultado do esforço conjunto dos professores do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, e, desde então, tem se firmado como espaço privilegiado para a divulgação da produção acadêmica da comunidade interna e de outras universidades e centros de pesquisa, principalmente do sul de Minas Gerais.

A existência da revista se deve, em boa medida, ao avanço tecnológico que viabilizou a publicação de numerosos periódicos digitais. A tecnologia, quando funciona, presta grandes serviços à sociedade e à academia. No entanto, de vez em quando, ela prega peças em seus usuários e os deixa, dependentes dela, em situações difíceis. Foi o que aconteceu à revista em 2015, quando o servidor no qual estava hospedada e o endereço eletrônico ao qual estava atrelada simplesmente saíram do ar e, quando voltaram, não devolveram o estoque de informações acumuladas até ali.

Como explicado no número anterior, a administração editorial foi comprometida e o transtorno acabou atrapalhando o fluxo normal da publicação. Por isso pedimos desculpas aos leitores pelo atraso da publicação deste e dos próximos números, bem como esperamos contar com a ajuda da tecnologia para colocar e manter o fluxo de publicações em dia.

Paralelamente, estamos trabalhando para qualificar a revista. Desde 2013, ela figura na lista de periódicos Qualis, da Capes, classificada em diversas áreas e estratos. Aproveitamos para estimular os leitores a publicar conosco e a convidar possíveis interessados a submeterem seus trabalhos à revista. Essa é uma ação fundamental no sentido de qualificá-la e, por isso, contamos com a colaboração de todos e agradecemos desde já.

Dando continuidade à linha editorial da revista, publicamos neste número cinco artigos e uma resenha de variadas áreas do campo da economia. Começamos pela área de histórica econômica. Rossana Prux e Ivan Salomão resgatam os aspectos históricos do desenvolvimentismo no artigo "Cinquenta anos de nacional-desenvolvimentismo: notas sobre o caso brasileiro". Depois de elaborarem competente revisão histórica da década de 1930 ao regime militar, apontam o resultado ambíguo das políticas desenvolvimentistas. Se, por um lado, elas foram bem

sucedidas em promover o crescimento econômico e a industrialização do país, por outro, não foram suficientes para alterar a estrutura do capitalismo periférico que se reflete numa sociedade desigual, marcada pela concentração fundiária e de renda.

Os dois próximos artigos deste número entram no campo da avaliação de políticas públicas, inclusive da política econômica. O artigo de Eloisa Santos trata das implicações da implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a gestão fiscal dos estados brasileiros entre 2008 e 2014. A autora faz um levantamento detalhado dessa gestão nos estados e constrói quadros e tabelas para apresentar seus resultados. Sua conclusão é de que a Lei de Responsabilidade Fiscal impôs regras e limites, considerados saudáveis, à administração das finanças estaduais, embora ainda seja preciso avançar no planejamento dos gastos e na transparência das informações. Para sustentar a conclusão, a autora mostra que, no período considerado, houve, de maneira geral, estabilidade do equilíbrio fiscal e redução do endividamento dos estados brasileiros.

Já o artigo de Luciana Freitas e Luciana Souza, derivado de uma pesquisa de Iniciação Científica, trata do “Mapeamento da Inserção Produtiva obtida pelos participantes do ‘PRONATEC-Brasil sem Miséria’ em Osasco”. As autoras procuram compreender como se deu a inserção no mercado de trabalho dos beneficiários do programa social que amplia a qualificação do trabalhador por meio do ensino técnico para aumentar sua chance de conseguir um emprego e, conseqüentemente, garantir uma renda. A partir do estudo, as autoras concluem que o programa foi bem sucedido na cidade de Osasco e que a maior parte dos beneficiários foi empregada no setor de serviços. Contudo, o programa poderia ser aperfeiçoado e deveria considerar, em seu desenho e implementação, dificuldades concretas enfrentadas pelos beneficiários que o acessaram, como a fragilidade da formação educacional e o custo do transporte e alimentação.

O quarto artigo deste número, “Análise da volatilidade multivariada das exportações brasileiras de grão e derivados da soja”, assinado por Marcelo Silva, João Eustáquio de Lima e Priscila Leal, faz um estudo quantitativo das exportações brasileiras de produtos derivados da soja. O estudo objetivou produzir informações úteis aos envolvidos no mercado da soja, a fim de auxiliá-los no planejamento de atividades de plantio, colheita e comercialização. Nesse sentido, chamam a atenção para a necessidade de aprofundar o estudo das variâncias do grão, do farelo e do óleo de soja para orientar as decisões de investimento dos produtores; para a latência dessas decisões e dos choques exógenos no mercado da soja; e, dada a correlação da volatilidade de preços do grão e dos derivados, para a necessidade de atenção a esse comportamento não só por parte dos produtores, mas também por parte das empresas esmagadoras.

Finalmente, o quinto artigo parte para o campo da economia financeira e de empresas ao explorar a relação entre a estrutura financeira das empresas e seu valor de mercado. Para tanto, Gustavo Noronha e Bernardo Miranda estudam os casos das siderúrgicas brasileiras, Gerdau e Usiminas, entre 2005 e 2006. A conclusão dos autores, ao contrário da expectativa inicial, é de que o padrão de financiamento das duas empresas analisadas, sob a perspectiva da governança corporativa, segue a lógica da *pecking-order* como as demais empresas brasileiras, isto é, financiam-se primeiro com lucros retidos e, só então, utilizam-se de outros meios de financiamento como os mercados financeiro e de crédito.

Fecha o número a resenha de um artigo de Fábio Giambiagi sobre a política fiscal do governo Lula feita por Reilane Silva.

Desejamos a todos uma leitura agradável e proveitosa!

Varginha, maio de 2016.

*Equipe editorial*